



AGRUPAMENTO DE ESCOLAS FREI GONÇALO DE AZEVEDO

PROJETO CURRICULAR¹

Documento de orientação e organização curricular e pedagógica

Ano letivo 2025/26

Parecer favorável do Conselho Pedagógico em 03 julho de 2025

Aprovado pelo Conselho Geral em 23 julho de 2025

¹ O Projeto Curricular integra o Regulamento Interno do Agrupamento

Índice

ENQUADRAMENTO	3
OPÇÕES CURRICULARES	4
ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	7
OFERTA FORMATIVA	7
AVALIAÇÃO DAS APRENDIZAGENS DOS ALUNOS	8
ANEXOS.....	8
Anexo 1 – Instrumentos de gestão e organização curricular	8
Anexo 2 – Matrizes curriculares.....	8
Anexo 3 – Planificadores	8
Anexo 4 – Estratégia de Educação para a Cidadania	8
Anexo 5 – Critérios de avaliação	8
Anexo 6 – Programa de enriquecimento curricular e apoio à família	8
Anexo 7 – Projeto I - Centros de Apoio às Aprendizagens (CAA).....	8
Anexo 8 – Plano de ação para o desenvolvimento digital da Escola (PADDE)	8
Anexo 9 – Projeto de desporto escolar	8
Anexo 10 – Guião para elaboração de um PCT	8
Anexo 11 – Lista de verificação – PCT	8
Anexo 12 – Modelo registo PCT	8
Anexo 13 – Ficha de monitorização (autorregulação dos alunos)	8
Anexo 14 - <i>Template</i> Memória Descritiva (a utilizar no âmbito dos PCT)	8
Anexo 15 – Modelo para definição das aprendizagens estruturantes e perfis	8
Anexo 16 – Tutorias	8
Anexo 17 – Modelo de guião das assembleias de turma	8
Anexo 18 – EMAEI - Regimento	8
Anexo 19 – Linhas orientadoras do PES	8
GLOSSÁRIO	8
BIBLIOGRAFIA	10

A rutura de paradigma acontece quando o Currículo deixa de ser “pronto-a-vestir de tamanho único” (Formosinho, 1987), totalmente centralizado e padronizador, dirigido ao aluno médio e abstrato. **Exige-se agora um Currículo aberto, flexível, dinâmico e sensível às vozes dos maiores interessados: os alunos na sua diversidade. Exige-se agora um Currículo promotor de aprendizagens multi/interdisciplinares, com base em trabalho de colaboração profissional, em torno de problemas concretos, de projetos que mobilizem conhecimentos, capacidades, atitudes e valores éticos, enquanto combinações complexas para o desenvolvimento de competências.** Todavia, é preciso acentuar que o desenvolvimento de competências não vem de forma alguma desvalorizar o conhecimento, nem menorizar o estudo, numa lógica de facilitismo. Está aqui em causa o conhecimento poderoso (Young, 2007a, 2007b, 2010), aquele que empodera o sujeito, encarado como sujeito ativo, com autonomia e iniciativa própria.

E porque é chamado a construir projetos educativos e projetos curriculares de escola e de turma (Abrantes, 2001), o professor tem de ser agora o investigador social numa abordagem a dois níveis: macro e micro.

Ao nível macro, o professor construtor do Currículo já não é só o técnico, mas um profissional, que tem de estar bem fundamentado teoricamente, com a prática baseada em investigação. Isto exige uma atitude sistémica, que considere o Currículo de forma crítica na sua interação com outros sistemas (político, ideológico, económico, cultural, religioso, etc.) (Paraskeva, 2021; Sousa & Rodrigues, 2022).

Por outro lado, a um nível micro, ele tem de conhecer bem o ambiente em que atua, a sua escola, a(s) sua(s) turma(s), encarando-as como comunidades culturais, formadas por sujeitos fenomenológicos, com suas próprias histórias, origens e referências culturais. (...)

CNE, Recomendação n.º 5/2024, de 28-05-2024

ENQUADRAMENTO

Considerando:

1. o Projeto Educativo do agrupamento 2023-2027, enquanto 1.º nível de apropriação do currículo, assumido como projeto de continuidade e tendo por pano de fundo a ideia de *Escola e Comunidade, um Ecossistema a Consolidar: a escola como autêntica comunidade de aprendizagem/aprendizagem na comunidade, com destaque para o desenvolvimento e consolidação dos valores autonomia, conhecimento, liberdade e felicidade, ou seja, o exercício quotidiano da democracia;*
2. o Plano Curricular de Agrupamento (PCA) 2024-2025, na sua dimensão de 2.º nível de apropriação do currículo, o qual apresentava um conjunto de opções curriculares conjunturais, alinhadas com opções pedagógicas estratégicas de natureza estrutural e não indexadas a um só ano letivo;
3. a crença no papel crucial da escola pública na mitigação das desigualdades que afetam as crianças e jovens e se perpetuam na sociedade;
4. a convicção de que as opções pedagógicas estratégicas que vêm informando a política pedagógica no agrupamento, a saber,
 - a. A capacitação do aluno como agente no seu processo de aprendizagem
 - i. Aprendizagem significativa, que parte dos problemas que emergem da complexidade do mundo real
 - ii. Metodologia de *inquiry based learning* (IBL)
 - b. A preponderância da avaliação formativa ou avaliação para as aprendizagens (ApA) sobre a avaliação sumativa ou avaliação das aprendizagens (AdA)
 - i. Autorregulação do aluno
 - ii. Regulação das aprendizagens.

se afiguram ainda mais atuais e prementes no contexto atual nacional e internacional, procedeu-se a um balanço relativo à eficácia e eficiência das opções do PCA, para 2025-2026, a fim de tomar decisões quanto à sua continuidade ou descontinuidade.

Assim, são opções curriculares do AEFGA, no âmbito do seu plano curricular para 2025-2026, as que se seguem.

OPÇÕES CURRICULARES

1. Definição de **perfis de ciclo** - afigura-se urgente a conclusão da tarefa de definição dos perfis de aprendizagens por ciclo, utilizando para o efeito o modelo utilizado para a **identificação das aprendizagens estruturantes**, o qual inclui um quadro com os campos estabelecidos para o perfil de ciclo (Organizador; Aprendizagem(ns) estruturante(s); Descritores de desempenho; Níveis de desempenho)
2. Consolidação da rotina de utilização dos recursos disponibilizados pelo IAVE.
A utilização destes recursos das diversas disciplinas e diversos anos/ciclos de ensino deverá constituir-se como rotina de avaliação diagnóstica, posto que se trata de instrumentos validados pelo Instituto de Avaliação Educativa (IAVE).
3. Sistematização da utilização de rubricas de avaliação, preferencialmente construídas ou negociadas com os alunos, em qualquer caso, sempre exploradas com os alunos, tendo em vista a produção de *feedback* de qualidade.
4. Prossecução do Projeto, no âmbito da intervenção precoce - “Crescer Passo a Passo no Mundo das Palavras”. Iniciado na sua primeira fase no ano passado, procura avaliar as dimensões da linguagem, mais fortemente correlacionadas com a aprendizagem da leitura, de modo a constituir um instrumento de identificação de crianças em risco de poderem apresentar dificuldades em aceder à leitura e à escrita. É objetivo primeiro fornecer às educadoras, informação útil para a orientação metodológica do seu trabalho, no sentido do desenvolvimento de competências emergentes de leitura e escrita. Assim, num primeiro momento, procede-se à aplicação do Teste de Identificação de Competências Linguística (T.I.C.L.E.) de Fernanda Leopoldina Viena, a todos os alunos do Pré-escolar que reúnam, à partida, as condições mínimas de entrada no 1º ano. Em seguida, disponibilizam-se, a cada uma das educadoras, estratégias e atividades de estimulação mais adequadas. No final, respeitando um tempo de latência, analisam-se todos os casos, para verificar a necessidade de aprofundar a avaliação já realizada, utilizando outra Bateria de Provas, a saber, Bateria de Avaliação de Competências iniciais para a Leitura e Escrita (BACLE) de Rafael Pereira e Rita Rocha.
5. Continuidade do Projeto – PIAF- “À entrada do 1º ano, será que partem todos nas mesmas condições?” Este projeto no âmbito da intervenção precoce, procura avaliar os pré-requisitos de entrada dos alunos de cada turma do 1º ano de todo o Agrupamento, criando uma “base line” de aprendizagem. Na primeira semana de aulas do ano letivo, procede-se à aplicação de uma Bateria de Provas, Pré-Escolar de Mª Victória de la Cruz, disponibilizam-se estratégias e atividades de estimulação e em seguida, respeitando um tempo de latência, procede-se à realização do reteste. O envolvimento dos pais e EE faz parte dos objetivos do Projeto, pelo que se realizam várias reuniões coletivas e individuais, partilhando os resultados desde o 1º momento, para em conjunto se delinear estratégias de reforço e estimulação, de carácter mais lúdico e afetivo.
6. Programa de **Tutorias** – a atribuição das tutorias deve atender aos critérios estabelecidos na tipologia de fragilidades identificadas - formulário Tutorias (Anexo 14) – e ter o acompanhamento dos conselhos de turma relativamente ao preenchimento rigoroso dos respetivos relatórios (Anexo 14).
7. Investimento em **literacias diversas**
 - a. **Leitura e escrita** - desenvolvimento do projeto *Escola a Ler, no âmbito do Plano Escolas+ 21/23* (Ministério da Educação, PNL e RBE), com o objetivo de desenvolver competências de leitura, melhorando a fluência e a compreensão leitoras, fazer do uso do livro, da leitura orientada e da escrita uma rotina diária/semanal em sala de aula e promover a literacia literária como instrumento para a fruição de textos gradativamente mais extensos e complexos, que garantam o gosto de ler e concorram para ultrapassar as lacunas diagnosticadas:



Candidatura ao *Laboratório PNL* para apoio na formação de professores (com incidência no 1.º CEB)

-  Continuidade do Projeto 10 minutos a ler no âmbito do PNL2027 e Clubes de Leitura;
-  Dar continuidade ao projeto “a Ler+ e melhor”.
- b. Investimento na formação no âmbito da **robótica e programação e computação** no agrupamento mobilizando parcerias e formações;
- c. Oferta do ensino de Competências Sociais no 1.º CEB, no âmbito da cidadania.
- A oferta Complementar no 7.º ano, vai ser desenvolvida no âmbito da Computação considerando as virtualidades do treino deste tipo de pensamento nas suas dimensões de resolução de problemas e de construção de sistemas que permitem compreender e atuar sobre o mundo real, natural e social. Esta opção curricular – no 7ºano - contará com uma parceria com a *Ensico* - Associação para o Ensino da Computação, que tem como missão promover a computação /pensamento computacional como prática pedagógica e com a autarquia de Cascais.
- d. Continuidade do Projeto de transição entre ciclos (SPO), através da aplicação dos Programas PIAF e TIGL.
8. Continuidade do Programa de Mentorias focado no desenvolvimento de conhecimentos e habilidades académicas para os alunos do ensino básico e do ensino secundário.
9. Continuidade da centralidade do **Conselho de Turma (CT) na gestão curricular** – mantém-se a urgência de centrar no CT o trabalho de gestão curricular que viabilize a implementação da metodologia *inquiry based learning* (IBL) – eleita como uma das medidas, concomitante à *aprendizagem significativa, que parte dos problemas que emergem da complexidade do mundo real* para concretizar a opção pedagógica estratégica, que consiste na *capacitação do aluno como agente no seu processo de aprendizagem*. Este trabalho passará sempre pela mobilização das aprendizagens estruturantes para efeitos da gestão curricular disciplinar e interdisciplinar, viabilizando a articulação curricular horizontal, em particular, nos casos das disciplinas envolvidas no Projeto Curricular de Turma (PCT). Consolidar no 2.º CEB e nos 7.º e 8º anos do 3.º CEB no formato já adotado, a saber:
- a. designar três disciplinas em cada turma que se constituirão como disciplinas nucleares do PCT, procurando um registo próximo do de domínio de articulação curricular (DAC), conforme proposto no D-L n.º 55/2018, de 6 de julho. A construção do PCT, da responsabilidade do CT, segue o guião elaborado para o efeito e utiliza a lista de verificação para aferir da sua adequação. Os produtos resultantes dos projetos serão apresentados à comunidade educativa durante dois dias na semana da escola.
- b. Com vista a facilitar a promoção da autonomia dos alunos, em particular dos mais novos e procurando responder a uma aspiração dos professores envolvidos nestes projetos, de ter um colega em aula, faz-se a opção de nos 5.º e 6.º anos afetar dois dos mentores disponibilizados pela Teach of Portugal para o ensino básico também a um bloco semanal, de modo a permitir mais apoio aos alunos, designadamente com um trabalho mais individualizado, e ao professor;
- c. O desenvolvimento dos PCT no Pré-escolar, no 1.º CEB, no ensino secundário e no ensino profissional seguirá a mesma metodologia, utilizando os mesmos documentos de suporte com as necessárias adequações às faixas etárias, sendo os produtos dos projetos apresentados à comunidade educativa em cada escola em dias a agendar durante a semana da escola.
- d. Organização de um espaço de reunião semanal para os PCT/trabalho colaborativo.
10. Promoção da interdisciplinaridade/transdisciplinaridade, dando continuidade à iniciativa *Cidadania em Projeto* no 9.º ano centrada nos PCT das turmas, mantendo os objetivos de:
- Promover a **Cidadania Ativa** através do estudo dos **Objetivos do Desenvolvimento Sustentável**
 - Promover a Metodologia de Trabalho Projeto com recurso a guiões de trabalho construídos por uma equipa informada e coesa de professores, que colabora nas diferentes fases do projeto
 - Reforçar os valores intrínsecos a uma **Escola Associada da UNESCO**

11. O desenvolvimento da Estratégia de Educação para a Cidadania no AEFGA privilegiará as dimensões do bem-estar físico e socio-emocional, em total alinhamento com os resultados da investigação, os quais apontam para que os bons hábitos de saúde física e mental – exercício físico regular, bons hábitos alimentares e higiene do sono - adquiridos na infância e juventude tendem a manter-se de no futuro e a assegurar melhor qualidade de vida. Também o desenvolvimento de competências sócio emocionais, tais como a autoconsciência e a autorregulação se assumem como preditores de sucesso para as crianças na sua vida futura (OCDE 2019)². Acresce que estes fatores são críticos na promoção da inclusão, assumindo-se mesmo como pré-requisitos de melhores e mais efetivas aprendizagens. Os temas a desenvolver, em cada ano de escolaridade no âmbito da Estratégia de Educação para a Cidadania do agrupamento, encontram-se, em anexo, ao presente documento (Anexo 4). Ainda no âmbito desta disciplina
A Cidadania e Desenvolvimento é coordenada, em cada turma, pelo respetivo diretor de turma. No 1º ciclo a Cidadania e Desenvolvimento, prevista pelo DL n.º 55/2018, integrará o currículo de forma transversal e no âmbito da Oferta Complementar a desenvolver pelo professor titular de turma.
12. Ainda no âmbito da disciplina de Cidadania e Desenvolvimento será implementado o programa *DISABUSE VAMOS PREVENIR O BULLYING!*, que resulta uma parceria com o ISCTE e com a APPACDM de Lisboa, que abrangerá todas as turmas do 5º ano de escolaridade. O objetivo é proporcionar aos participantes a aquisição de conhecimento e de competências para influenciar a mudança e lidar com o *bullying* em todas as suas formas.
13. Continuidade do CAMPUS, projeto de acompanhamento extraordinário de alunos que necessitam de aprofundar/consolidar algumas aprendizagens estruturantes, visando colmatar deficiências detetadas no seu percurso escolar. Este programa segue a mesma lógica de gestão curricular adotada nos PCT, partindo de uma história em torno da qual se estruturam as atividades planeadas no âmbito: da Atividade Física; do Português; da Matemática; das Artes e da Literacia Emocional e tem por público-alvo alunos do 2.ª CEB.
14. Continuidade de um Programa de Intervenção Sócio Emocional, nos termos e com os objetivos definidos em anos anteriores.
15. Adoção dos seguintes instrumentos de gestão e desenvolvimento curricular ao nível da prática pedagógica:
 - a. Planificador
 - b. Guião para a elaboração do PCT
 - c. Lista de verificação do PCT
 - d. Modelo registo PCT
 - e. Ficha de monitorização (autorregulação dos alunos)
 - f. *Template* de Memória descritiva para proceder ao balanço do desenvolvimento do PCT (a preencher pelos alunos)
 - g. Modelo de identificação das aprendizagens estruturantes – preenchimento do campo relativo ao perfil de ciclo
 - h. Rubricas
 - i. Instrumentos variados de recolha de informação
16. Otimização do Plano de Ação para o Desenvolvimento Digital das Escolas (PADDE) enquanto instrumento de capacitação digital dos diferentes membros da comunidade educativa e potenciador da diferenciação pedagógica, da metodologia de trabalho de projeto, do trabalho inter e transdisciplinar da articulação entre os diferentes ciclos de ensino (Anexo 8).

² *Core Foundations for 2030* - OECD FUTURE OF EDUCATION AND SKILLS 2030 CONCEPT NOTE © OECD 2019

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

O trabalho de gestão curricular corporiza-se também na organização das atividades de aprendizagem nas suas diversas dimensões, que correspondem a outras tantas condições de operacionalização das opções curriculares, isto é, na organização curricular.

A organização curricular (Anexo 1) materializa-se nos seguintes instrumentos de gestão e organização curricular:

1. Semestralização do calendário escolar (proposta pelo conjunto do AE de Cascais, apoiada pelo município e autorizada pela tutela).
2. Organização das aulas
3. Critérios para formação de turmas/ distribuição de alunos
4. Critérios para distribuição do serviço docente e organização dos horários
5. Orientações para apoios educativos
6. Orientações para clubes/projetos
7. Programa de ocupação de alunos por ausência do professor

OFERTA FORMATIVA

EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

8 grupos (JI Abóboda nº2 - 2; JI Rómulo de Carvalho – 3; JI Trajouce – 1; JI Padre Andrade - 2)

ENSINO BÁSICO - 1º CICLO

- 1º, 2º, 3º e 4º anos de escolaridade (DL 55/2018)

OFERTA COMPLEMENTAR – 1º, 2º, 3º e 4º ANO - Educação para a Cidadania;

ENSINO BÁSICO - 2º CICLO

- 5º e 6º anos de escolaridade (DL 55/2018)

ENSINO BÁSICO – 3º CICLO

- 7º, 8º e 9º anos de escolaridade (DL 55/2018)

ENSINO SECUNDÁRIO

- 10º, 11º e anos de escolaridade (DL 55/2018)

Cursos Científico-humanísticos:

- Curso de Ciências e Tecnologias
- Curso de Línguas e Humanidades
- Curso de Ciências Socioeconómicas
- Curso de Artes Visuais

Cursos Profissionais (todos em abertura e em proposta SIGo-não abre CP com nº inferior ao estabelecido por lei)

- Técnico de Ação Educativa
- Técnico de Manutenção Industrial – Variante M Aeronaves e Material de Voo (CTE)
- Técnico de Restaurante / Bar
- Técnico Auxiliar de Saúde
- Técnico de Desporto
- Técnico de Gestão de Redes Informáticas (CTE)

(Os CP organizam-se tendo como referência o Sistema de Garantia e Qualidade do Ensino Profissional- EQAVET):

Nota: Matrizes curriculares dos cursos em anexos

- **PLA – Português Língua de Acolhimento (Curso Português para falantes de outras Línguas - A1+A2)**

AVALIAÇÃO DAS APRENDIZAGENS DOS ALUNOS

A avaliação das aprendizagens, dimensão integrante do processo de ensino e aprendizagem, concretiza as opções pedagógicas estratégicas acima enunciadas e constitui o Anexo 5 a este documento.

ANEXOS

- Anexo 1 – Instrumentos de gestão e organização curricular
- Anexo 2 – Matrizes curriculares
- Anexo 3 – Planificadores
- Anexo 4 – Estratégia de Educação para a Cidadania
- Anexo 5 – Critérios de avaliação
- Anexo 6 – Programa de enriquecimento curricular e apoio à família
- Anexo 7 – Projeto I - Centros de Apoio às Aprendizagens (CAA)
- Anexo 8 – Plano de ação para o desenvolvimento digital da Escola (PADDE)
- Anexo 9 – Projeto de desporto escolar
- Anexo 10 – Guião para elaboração de um PCT
- Anexo 11 – Lista de verificação – PCT
- Anexo 12 – Modelo registo PCT
- Anexo 13 – Ficha de monitorização (autorregulação dos alunos)
- Anexo 14 - *Template* Memória Descritiva (a utilizar no âmbito dos PCT)
- Anexo 15 – Modelo para definição das aprendizagens estruturantes e perfis
- Anexo 16 – Tutorias
- Anexo 17 – Modelo de guião das assembleias de turma
- Anexo 18 – EMAEI - Regimento
- Anexo 19 – Linhas orientadoras do PES

GLOSSÁRIO

No contexto do presente documento entende-se por:

- a. Aprendizagens essenciais – *conjunto comum de conhecimentos a adquirir, identificados como os conteúdos de conhecimento disciplinar estruturado, indispensáveis, articulados conceptualmente, relevantes e significativos, bem como de capacidades e atitudes a desenvolver obrigatoriamente por todos os alunos em cada área disciplinar ou disciplina, tendo em regra, por referência o ano de escolaridade ou formação – alínea b) do art.º 3.º do Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho*
- b. Aprendizagens estruturantes – conjunto de aprendizagens prioritárias, identificadas, pelos grupos disciplinares, de entre as Aprendizagens Essenciais, sem as quais não é possível prosseguir na aprendizagem ou, dito de outro modo, *aquelas que, por não se realizarem, originam segregação ou exclusão social e que são dificilmente recuperáveis no futuro* (Coll, Alegre, Essomba, Manzano, Masip, Palou, 2007). A identificação destas aprendizagens surge na sequência da atualização do Plano de Retoma do Ensino Presencial (**PREP***), depois do segundo confinamento (COVID19), em abril de 2021. A atualização partiu das conclusões de diversos estudos (OCDE; Nova SBE), segundo as quais a maior parte dos alunos não adquiriu as aprendizagens

esperadas durante os períodos do ensino a distância (EaD), e materializou-se no esforço de definição das aprendizagens, por ano de escolaridade/disciplina, a privilegiar para efeitos de recuperação dos alunos. O trabalho concretizou-se como exercício de articulação vertical do currículo – as equipas constituídas incluíram professores a lecionar os anos de escolaridade/ciclo para os quais estavam a ser definidas as aprendizagens e por professores a lecionar o ciclo seguinte - e, em alguns casos, também já de articulação horizontal, com a identificação das aprendizagens da disciplina ou área disciplinar em apreço a identificar, igualmente, aprendizagens de outras disciplinas e áreas disciplinares imprescindíveis para o sucesso na primeira. Num segundo momento traçar-se-ão os perfis de aprendizagens por ciclo com descritores de desempenho e níveis correspondentes.

- c. *Articulação curricular – a interligação, realizada a diferentes níveis e modos de interação, de saberes oriundos das componentes do currículo, áreas disciplinares e disciplinas, numa perspetiva horizontal e ou vertical, tendo por objetivo a construção progressiva de conhecimento global; alínea a) do art.º 3.º da Portaria n.º 223-A/2018, de 3 de agosto*
- d. *Campus AEFGA – programa integrado de ocupação de tempos livres com o objetivo de recuperação/consolidação de aprendizagens, da socialização e do bem-estar físico e emocional, composto por atividades desportivas, artísticas, disciplinares e de literacia emocional, a realizar-se anualmente com o objetivo de progressivamente mitigar os efeitos da pandemia em termos educativos. As aprendizagens disciplinares são estruturadas a partir das aprendizagens estruturantes identificadas para cada disciplina ou área disciplinar e são objeto de metodologias ativas visando uma aprendizagem significativa.*
- e. *Currículo – aprendizagens socialmente reconhecidas como necessárias a todos os cidadãos (engloba os programas e outros documentos orientadores, como as Aprendizagens Essenciais (AE) e o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (PASEO), a que acresce a aplicação ao contexto escolar de cada escola, mediante o Projeto Educativo (PE), o Projeto Curricular de Agrupamento (PCA), os Projetos Curriculares de Turma (PCT) e, mais individualmente, a prática pedagógica dos professores (Roldão & Almeida, 2018)*
- f. *Equipas educativas – o grupo de docentes que lecionam às mesmas turmas as diversas disciplinas, trabalhando em conjunto nas diferentes fases do processo de ensino e aprendizagem, bem como de avaliação, com vista à adoção de estratégias que permitam rentabilizar tempos, instrumentos e agilizar procedimentos; alínea c) do art.º 3.º da Portaria n.º 223-A/2018, de 3 de agosto*
- g. *Gestão curricular, desenvolvimento curricular ou planeamento curricular – operacionalização do currículo/currículo aplicado [parte-se do currículo nacional – Programas, Aprendizagens Essenciais, PASEO (nível macro) para uma primeira aplicação e contextualização no Projeto Educativo da escola (nível meso) que traduz a sua identidade própria numa visão, na missão e nos perfis de alunos e professores correspondentes, concretizados no projeto curricular do agrupamento, (PCA) que, depois, se declina no projeto curricular de turma (PCT) e, mais individualmente na prática pedagógica dos professores.*
- h. *Matrizes curriculares-base – conjunto de componentes de currículo, áreas disciplinares e disciplinas, que integram os planos curriculares de âmbito nacional, por ciclo e ano de escolaridade ou por ciclo de formação, bem como a carga horária prevista para cada um deles, que serve de suporte ao desenvolvimento do currículo concretizado nos instrumentos de planeamento curricular, ao nível da escola e da turma ou grupo de alunos – alínea h) do art.º 3.º do Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho*
- i. *Opções curriculares – as diferentes possibilidades de organização e gestão, à disposição da escola, a implementar de acordo com as prioridades por ela definidas, no contexto da sua comunidade educativa, decorrentes da apropriação do currículo e do exercício da sua autonomia, que permitem a consecução das áreas de competências do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória [PASEO]; alínea d) do art.º 3.º da Portaria n.º 223-A/2018, de 3 de agosto*
- j. *Organização curricular – organização das atividades de aprendizagem que passa pela: materialização das opções curriculares em matrizes próprias a partir das matrizes curriculares-base; definição da unidade letiva; definição de critérios para a elaboração de horários de alunos e professores com vista à otimização das aprendizagens (Roldão & Almeida, 2018).*
- k. *Projeto Curricular de Agrupamento (PCA) – 2.ª declinação/aplicação do currículo - corresponde ao segundo nível de apropriação contextualizada do currículo e, conseqüentemente, ao segundo momento de gestão curricular ou planeamento curricular que materializa o PE, definindo opções relativas ao planeamento, à realização e à avaliação do ensino e das aprendizagens*
- l. *Projeto Curricular de Turma (PCT) – 3.ª declinação/aplicação - corresponde ao terceiro nível de apropriação contextualizada do currículo e, conseqüentemente, ao terceiro momento de gestão curricular ou planeamento curricular que materializa o PCA, concretizando as opções definidas no PCA no processo de ensino, aprendizagem e avaliação em cada turma.*
- m. *Projeto Educativo (PE) – 1.ª declinação/aplicação – corresponde ao primeiro nível de apropriação contextualizada do currículo e, conseqüentemente, ao primeiro momento de gestão curricular ou planeamento curricular: parte-se do currículo nacional – programas, aprendizagens essenciais, PASEO (nível macro) para uma primeira aplicação e contextualização no projeto educativo da escola, (nível meso) que traduz a sua identidade própria numa visão, na missão e nos perfis de alunos e professores correspondentes, e estabelece as opções estruturantes de natureza curricular.*

- n. Semestralidade – opção pela lecionação de determinada(s) disciplina(s) em semestres
- o. Semestralização – organização do calendário escolar em semestres
- p. Trabalho interdisciplinar – *a interseção curricular, estabelecendo articulação entre aprendizagens de várias disciplinas, abordadas de forma integrada, privilegiando uma visão globalizante dos saberes.* alínea h) do art.º 3.º da Portaria n.º 223-A/2018, de 3 de agosto

BIBLIOGRAFIA

Conselho Nacional de Educação, Recomendação n.º 5/2024, de 28-05-2024

Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho

Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho

Despacho OAL – Despacho Normativo nº10-B/2018, de 6 de julho

Carvalho, B.; Freitas, P.; Peralta, P. & Reis, A. (2021). Aprendizagens perdidas devido à pandemia: Uma proposta de recuperação [Nova School of Business and Economics]

COLL, C. (DIR.), ALEGRE, M.Á., ESSOMBA, M.Á., MANZANO, R., MASIP, M. Y PALOU, J. (2007). Currículum i ciutadania. El què i el per a què de l'educació escolar. Barcelona: Editorial Mediterrània

Machado, E. A. (2020). Sentidos da Escola, Sentidos da Avaliação. Lisboa: Lisbon International Press

OECD (2019). Core Foundations for 2030 - OECD FUTURE OF EDUCATION AND SKILLS 2030 CONCEPT NOTE

OECD (2020), "Schooling disrupted, schooling rethought: How the Covid-19 pandemic is changing education", OECD Policy Responses to Coronavirus (COVID-19), OECD Publishing, Paris.

Plano 21|23 Escola +, Plano de recuperação de aprendizagens